

Procedimento PDC N.º 2/2025

CONVITE

“Prestação de serviço de inquérito nacional no âmbito o projecto *Eu Kids Online III*”

”

NOVA FCSH – 2025

## Índice

1. ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE .....	3
2. OBJETO DO CONTRATO.....	3
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .....	3
4. TIPO DE PROCEDIMENTO.....	4
5. IMPEDIMENTOS.....	4
6. DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO AO PROCEDIMENTO .....	4
7. DOCUMENTOS, IDIOMA E CONTEÚDO DA PROPOSTA .....	4
8. JÚRI DO PROCEDIMENTO.....	5
9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	6
10. CAUÇÃO .....	7
11. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR/PEDIR ESCLARECIMENTOS.....	7
12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	8
13. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA.....	8
14. VALIDADE DA PROPOSTA.....	8
15. PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	8
17. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL/REGULAMENTAÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	10
ANEXO I.....	11
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP] .....	11
ANEXO II.....	13
Proposta de preço.....	13
ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO.....	14
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] .....	14

Procedimento PDC N.º 2/2025

“Prestação de serviço de inquérito nacional no âmbito o projecto *Eu Kids Online III*”

## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

### 1. ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE

1.1. A Entidade Adjudicante é a unidade orgânica Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), com sede no *Campus* na Avenida de Berna, n.º 26 - C, 1069-061 Lisboa, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 501559094, com contato institucional, no âmbito do presente procedimento, nos Serviços da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento/Núcleo de Compras (DCPA/NC).

Contactos: telefone: 217908300; email: [compras@fcsb.unl.pt](mailto:compras@fcsb.unl.pt).

1.2. A condução de procedimentos de contratação das aquisições foi centralizada nos Serviços da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento/Núcleo de Compras (DCPA/NC), ao abrigo do artigo 28.º do “Regulamento dos Serviços da NOVA FCSH”, em anexo ao Despacho 5041/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 82, de 28 de abril de 2022.

### 2. OBJETO DO CONTRATO

2.1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de inquérito nacional no âmbito o projecto *Eu Kids Online III*” para o ICNOVA, no âmbito do projeto “*Eu Kids Online III*”, (330912), projeto este financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, nos termos e condições constantes do Caderno de Encargos que fazem parte integrante das peças oficiais do mesmo.

2.2. O objeto do contrato encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte código:

CPV: 79311200-9 Serviços de realização de inquéritos.

### 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi autorizada por Despacho pelo Subdiretor para a Inovação, Criação de Valor e Desenvolvimento dos *Campi*, Professor Doutor Rui Pedro de Sousa Pereira

Monteiro Julião, no uso de competência delegada pelo Diretor da NOVA FCSH, Professor Doutor Luís Vicente Baptista, ao abrigo do disposto no Despacho n.º 7025/2022, de 18 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106, Parte E, de 1 de junho de 2022, na sua atual redação.

#### 4. TIPO DE PROCEDIMENTO

O presente convite é efetuado ao abrigo do procedimento de Consulta Prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).

#### 5. IMPEDIMENTOS

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### 6. DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO AO PROCEDIMENTO

- 6.1. O presente procedimento será integralmente conduzido através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela NOVA FCSH, a *Acingov*, em <http://www.acingov.pt>.
- 6.2. O processo encontra-se disponível para consulta no local indicado no ponto 1. *supra*, onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h30m às 12h30m e das 14h00m às 17h00m.

#### 7. DOCUMENTOS, IDIOMA E CONTEÚDO DA PROPOSTA

- 7.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, obrigatoriamente e sob pena de exclusão:
  - 7.1.1 Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, anexa ao presente Convite, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, aqui reproduzido como Anexo I, assinada pelo concorrente, conforme aplicável;
  - 7.1.2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar, contenham os atributos da proposta submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
  - 7.1.3. Quaisquer outros documentos que sejam exigidos através da plataforma eletrónica de contratação pública ou através de outros meios eletrónicos;

- 7.1.4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, quando aplicável;
- 7.1.5. Caso aplicável, a documentação relativa à suficiência de poderes para assinar a proposta e obrigar o concorrente (procuração e/ou delegação de poderes”);
- 7.1.6. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- 7.2. A proposta deverá, nomeadamente, conter os seguintes elementos, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, de acordo com o Modelo da Proposta de Preço que constitui o Anexo II:
  - 7.2.1. Preço detalhado e total a pagar pela Entidade Adjudicante, em euros, com menção expressa de que não inclui o IVA (em algarismos e por extenso, prevalecendo esse último, para todos os efeitos, em caso de divergência, sobre o indicado em algarismos, e sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos);
  - 7.2.2. Prazo de execução dos serviços: irá vigorar pelo prazo máximo de 12 semanas (desde o início da identificação das escolas participantes à entrega da base de dados), suspendendo-se durante as eventuais interrupções letivas e retomando no dia útil seguinte, sem prejuízo das obrigações legais e contratuais que devam perdurar para além do mesmo, prevendo-se que o pagamento ocorra em tranches após a validação do gestor do contrato.
  - 7.2.3. Prazo de validade da proposta, durante o qual o concorrente se obriga a manter os preços e as demais condições da mesma;
- 7.3. Não é admitida a apresentação de propostas variantes pelos concorrentes

## 8. JÚRI DO PROCEDIMENTO

- 8.1. O procedimento será conduzido por um Júri, designado pelo órgão referido no ponto 3. do presente Convite, nos termos do Despacho exarado na informação para a decisão de contratar, escolha do procedimento e autorização da despesa, disponível para consulta no processo administrativo, à guarda dos Serviços da DCPA/NC da NOVA FCSH, o qual é composto por um número ímpar de membros, sendo três efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, adiante designado por Júri.

8.2. Se o presente procedimento vier a ser conduzido pelos Serviços competentes da NOVA FCSH, consideram-se feitas a estes as referências anteriormente descritas, no presente Convite, ao Júri.

## 9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. As propostas deverão, sob pena de exclusão, ser enviadas para o endereço eletrónico [compras@fcsch.unl.pt](mailto:compras@fcsch.unl.pt) até às 23h59m do 6.º (sexto) dia a contar do dia seguinte ao do envio do Convite.

9.2 A apresentação das propostas e de todos os documentos que as constituem, nos termos previstos nas peças deste procedimento, deve ser realizada exclusivamente através do endereço eletrónico atrás indicado.

9.3. As propostas e todos os documentos que as constituem, nos termos previstos nas peças deste procedimento, devem ser apresentados dactilografados ou processados informaticamente, sem rasuras ou palavras entrelinhadas, através do endereço eletrónico *supra* indicado.

9.4. As propostas devem ser assinadas eletronicamente, mediante a utilização de assinatura digital qualificada, nos termos do previsto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, revogando o Decreto-Lei n.º 143 A/2008, de 25 de julho e a Portaria n.º 701 G/2008, de 29 de julho, se aplicável, e/ou em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

9.5. Para além das propostas, os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que lhes associarem com um certificado digital qualificado, de acordo com o previsto no número anterior.

9.6. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a qualidade em que intervém e com os respetivos poderes de representação, o concorrente deve enviar através do endereço eletrónico indicado um documento oficial comprovativo dos mesmos.

9.7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa (originariamente ou acompanhados de tradução legalizada, a qual prevalecerá sobre a versão em língua estrangeira, e em relação à qual o concorrente declara, para todos os efeitos, aceitar a prevalência sobre os respetivos originais. para todos os efeitos legais).

9.8. Em virtude das especificidades técnicas das prestações objeto do presente procedimento, os documentos destinados a comprovar, quer atributos da Proposta,

de natureza técnica, submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, quer os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, igualmente de natureza técnica, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, podem ser redigidos em língua inglesa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP.

- 9.9. A falsidade de qualquer declaração e/ou documento implica a exclusão do concorrente do procedimento, qualquer que seja a fase em que se encontre o mesmo.

## 10. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução pelo Adjudicatário, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## 11. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR/PEDIR ESCLARECIMENTOS

- 11.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças oficiais do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das mesmas por si detetados, nos termos e para efeito do disposto no artigo 50.º do CCP.
- 11.2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar ou outro, a que aquele delegue, expressamente, as competências próprias e/ou atribuídas pelo CCP, deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.
- 11.3. O órgão competente para a decisão a contratar ou quem, à data, tenha a competência delegada para o efeito deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
- 11.4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no artigo 18.º e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 11.5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

11.6. Os esclarecimentos, retificações e listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, a que se refere o número anterior, serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública indicada no Ponto 6.

## 12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

12.1. O critério de adjudicação é o da “proposta economicamente mais vantajosa” determinada pela modalidade “Monofator” (preço mais baixo), nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

12.2. Em caso de empate do preço total das propostas apresentadas, será ordenada para adjudicação, antes da(s) outra(s), a proposta que tiver sido sorteada no âmbito do sorteio, cujas realização e regulamentação serão, oportunamente, comunicadas aos concorrentes.

## 13. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

13.1. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

13.2. No caso de apresentação de uma única proposta, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta, conforme previsto no n.º 2 do artigo 125.º do CCP.

## 14. VALIDADE DA PROPOSTA

O concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

## 15. PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela totalidade das prestações a executar, é de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

15.2. O presente contrato entra em à data da sua assinatura e irá vigorar pelo prazo máximo de 12 semanas (desde o início da identificação das escolas participantes à entrega da base de dados), suspendendo-se durante as eventuais interrupções letivas e retomando no dia útil seguinte, sem prejuízo das obrigações legais e contratuais que devam perdurar para além do mesmo.



16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO PARA A RESPECTIVA APRESENTAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

16.1 O Adjudicatário deverá apresentar, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação de adjudicação, os documentos de habilitação de acordo com o previsto no artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do Adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos, nomeadamente:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao CCP, aqui reproduzido como Anexo III, assinada pelo Concorrente, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do mesmo Código;
- b) Comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Comprovativo de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificados de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, e da própria sociedade, destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade, se aplicável.
- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, se aplicável;
- f) Comprovativo de inscrição no Registo do Beneficiário Efetivo, comprovativo da não sujeição à obrigação de emitir faturas eletrónicas, nomeadamente, certificação de PME ou outra obtida junto do IAPMEI;
- g) Outros documentos, de acordo com o previsto nas peças oficiais do procedimento em causa e/ou de acordo com o previsto no n.º 8, do artigo 81.º do CCP;
- h) Quaisquer outros documentos que sejam exigidos através da plataforma eletrónica de contratação pública ou através de outros meios eletrónicos.

- 16.2. No caso de os documentos de habilitação conterem alguma irregularidade, o Adjudicatário será notificado para supri-la no prazo de 3 (três) dias.
- 16.3. Em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, o adjudicatário pode indicar o endereço do sítio onde os mesmos serão disponibilizados para consulta, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e os documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 16.4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o Adjudicatário é notificado relativamente ao mesmo, fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 16.5. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao Adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o Adjudicatário para apresentar os documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 (cinco) dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 16.6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste do presente Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços objeto do contrato, fixando-lhe prazo para o efeito.

## 17. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL/REGULAMENTAÇÃO SUBSIDIÁRIA

A tudo o que se encontrar omissa no presente Convite, aplicam-se as disposições constantes do CCP.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Professor Doutor Rui Pedro Julião

Subdiretor  
Por delegação

### ANEXOS:

- I - Modelo de declaração a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º do CCP;
- II - Modelo da Proposta;
- III - Modelo de declaração a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1. \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s)mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
  - a)...
  - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos

comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Proposta de preço  
Procedimento PDC N.º 2/2025

“Prestação de serviço de inquérito nacional no âmbito o projecto *Eu Kids Online III*”

1. \_\_\_\_\_ (denominação social completa), com sede \_\_\_\_\_, com o número único de matrícula e pessoa coletiva \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, propõe-se efetuar as prestações objeto do presente procedimento, nos termos definidos nas peças oficiais do mesmo, a saber, Convite e Caderno de Encargos.
2. O preço total da proposta é de € \_\_\_\_\_ (extenso), a que acrescerá o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor, para todas as prestações objeto do presente procedimento e inclui todos os custos inerentes às mesmas, o qual será objeto de pagamento, após validação pelo Gestor do Contrato.
3. O prazo total para a execução dos serviços é: \_\_\_\_\_
4. A todos os preços propostos serão acrescidos do IVA, à taxa legal em vigor e incluem todos os custos associados à contratação dos serviços conexos.
5. O prazo de validade da proposta é de 120 dias úteis.
6. Mais declara que renuncia a qualquer foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato e ao prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(local), (data), [assinatura

\_\_\_\_\_

(Assinatura de quem tiver poderes para obrigar o concorrente)

(Autenticação)

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.